

**“SE AS GLÓRIAS MILITARES MATASSEM A FOME”: A ALIMENTAÇÃO NA MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA DURANTE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA**

**“IF MILITARY GLORIES KILLED HUNGER”: FEEDING IN THE IMPERIAL BRAZILIAN NAVY DURING THE WAR OF THE TRIPLE ALLIANCE**

Sergio Willian de Castro OLIVEIRA FILHO\*  
Luana Costa Pierre de MESSIAS\*\*

**Resumo:** Uma guerra não se resume ao campo de batalha. Uma exigência da existência humana é a alimentação, de modo que a necessidade de abastecimento aos combatentes existe desde muito antes da formalização do que denominamos de serviços de intendência. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai impôs aos beligerantes imensos desafios à alimentação dos combatentes. No caso da Marinha Imperial tais desafios possuíam inúmeras peculiaridades relacionadas à vida a bordo. O objetivo desse artigo é discutir aspectos relacionados à alimentação dos homens da Marinha do Brasil nessa guerra, abordando, tanto os momentos de carestia, quanto as raras, mas existentes, ocasiões em que alguns desses combatentes puderam alimentar-se para além da mera necessidade de sobrevivência. Além disso, serão analisados os gêneros consumidos, a relação entre alimentação e saúde e as formas de abastecimento e armazenamento dos víveres.

**Palavras-Chave:** Alimentação, Guerra da Tríplice Aliança, Marinha do Brasil.

**Abstract:** War is not limited to the battlefield. A requirement of human existence is the feed so that the need to supply food to combatants has existed since long before the formalization of what we call supply services. The War of the Triple Alliance against Paraguay imposed immense challenges on the belligerents in the feeding of combatants. In the case of the Imperial Navy, such challenges had numerous peculiarities related to life on board. This article aims to discuss aspects related to the feed of the men of the Brazilian Navy in this war, addressing both the moments of famine, as well as the rare but existing ones, occasions when some of these combatants were able to feed themselves beyond the mere need for survival. Also, the types of food consumed, the relationship between food and health, and the ways of supplying and storing food will be analyzed.

**Keywords:** Feeding, War of the Triple Alliance, Brazilian Navy.

### *Introdução*

“Prever para prover” e “Nós ditamos a permanência em combate”, estes são lemas atualmente utilizados pelos serviços de intendência da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro. De certa maneira, eles representam um discurso que enfatiza a dependência das forças combatentes a uma estrutura de apoio logístico necessária ao bom

---

\* Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). E-mail: [sergiowcofilho@gmail.com](mailto:sergiowcofilho@gmail.com).

\*\* Mestre em Gestão de Alimentos & Bebidas pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Bacharel em Gastronomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vinculada atualmente à Base de Administração e Apoio da 1ª Região Militar (BAdmAp1ªRM). E-mail: [luanaamessias@gmail.com](mailto:luanaamessias@gmail.com).

êxito das operações bélicas. Dentre os elementos que compõem esse escopo de apoio logístico vitalmente necessário a soldados e marinheiros em campanha está a necessidade de suprimento de alimentos. Por constituir-se enquanto uma exigência da existência humana, tal necessidade de abastecimento aos combatentes navais e terrestres partícipes de conflitos bélicos existe desde muito antes da formalização do que atualmente denominamos de serviços de intendência.

Na medida em que as campanhas militares expandem sua área de abrangência e sua duração temporal a alimentação ganha ainda mais relevância no contexto da atividade bélica, sendo vital a criação de meios para o abastecimento das tropas. Do mesmo modo, as forças combatentes sabem que seus inimigos também têm a mesma necessidade de alimentar-se e, assim, dentre as estratégias utilizadas no decorrer da história das guerras, figuram algumas relacionadas à comida, tais como: o sítio visando a fome, a queimada de plantações, a interceptação de fornecedores de alimentos aos inimigos (embarcações e meios de transporte terrestres), dentre outras.

A total falta ou carência de alimentos às forças combatentes geraram ao longo dos séculos consequências nefastas tanto para os que lutavam como para as populações que estavam no raio de alcance das campanhas. Dentre estas consequências pode-se citar: a morte de soldados e marinheiros por fome ou por doenças causadas pela má-nutrição, as epidemias fortalecidas pela baixa resistência imunológica, o enfraquecimento das forças combatentes em decorrência das baixas (mortes ou convalescenças), os motins, as deserções, os saques à população civil, a migração das mesmas populações para fugir à sanha dos militares por comida (dentre outras) ou por determinação do comando quando do uso da estratégia da terra arrasada.

Por essa razão a temática da alimentação durante a guerra se fez presente de modo recorrente nos textos clássicos escritos a respeito da atividade bélica:

Inicialmente, provês teu próprio alimento, mas depois consumes o alimento do inimigo.

(...)

As pessoas perdem as energias quando não comem, e por isso apoiam-se em suas armas para ficar de pé. Visto que no exército, todos comem à mesma hora, se um está com fome, todos estão famintos (TZU, 2007, pp. 69-70 e 156).

Um procedimento útil para o general é que ele chame a si homens de todo o exército conhecedores da guerra e sábios para analisar as suas próprias forças e as do inimigo (...) deve também averiguar-se a quem abunda ou escasseia mais a comida: com efeito, a fome, como se costuma dizer, luta a partir de dentro e vence muitas vezes sem o ferro (VEGÉCIO, 2009, p. 285)

Quanto à fome, não somente é necessário observar que o inimigo não impeça o acesso às vitualhas, mas também providenciar onde devem ser guardadas e cuidar para não perder aquelas que se tem. Por isso, convém que tenhas sempre provisões no exército para um mês e depois taxes os aliados vizinhos para que diariamente te provejam; guardes essas provisões em algum lugar guarnecido e, acima de tudo, distribui-as com diligência, dando todos os dias, para cada um, uma medida razoável delas, de modo que essa parte não cause desordens, porque qualquer outra coisa na guerra se pode, com o tempo vencer, mas só essa com o tempo vence a ti. Jamais um inimigo, podendo superar-te pela fome, tentará vencer-te com a espada (MAQUIAVEL, 2008, p. 147).

Qualquer pessoa que tente afirmar que uma alimentação insignificante não faz qualquer diferença para um exército, e cite as realizações de Frederico o Grande com soldados mal alimentados, não está tendo uma visão imparcial da questão. A capacidade de resistir às privações é uma das melhores qualidades do soldado. Sem ela um exército não poderia estar imbuído do verdadeiro espírito militar. Mas as privações devem ser temporárias. Devem ser impostas pelas circunstâncias, e não por um sistema ineficiente ou por cálculos teóricos sovinas da menor razão que possa manter um homem vivo. Neste último caso, elas estão fadadas a minar a força física e moral de todo homem (CLAUSEWITZ, 2010, p. 385).

Por ser uma necessidade da sobrevivência humana, o ato de alimentar-se continua a ocupar atualmente o enfoque dos estudiosos que se debruçam sobre as histórias das guerras. Assim, John Keegan, em seu famoso livro *Uma história da guerra* destinou algumas páginas para explorar a temática. Em um interlúdio intitulado “Logística e Suprimentos” Keegan afirma que o abastecimento das tropas sempre apresentou dificuldades, e de acordo com o autor:

Há uma explicação muito simples para isso. Quando um grupo de homens se reúne para executar uma tarefa diária, precisa, pelo menos de uma refeição entre a alvorada e o amanhecer. Se a tarefa demora mais de um dia e os homens se deslocam do local onde guardam a comida, terão de carregar suas refeições (KEEGAN, 2006, p. 286).

A guerra enquanto uma atividade que reúne milhares de homens por um tempo previamente indefinido e, na maioria das vezes, exigindo grandes deslocamentos, inclusive, em território do qual nem sempre se poderia extrair suprimentos, exige das forças combatentes uma cuidadosa atenção à questão da logística, sob o sério risco de contribuir para um mau resultado no campo de batalha quando negligenciada, na medida em que “a logística interfere na guerra, mesmo na do general mais cuidadoso e talentoso” (KEEGAN, 2006, p. 391).

A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai (1864<sup>1</sup>-1870) impôs aos beligerantes todos os elementos potencializadores de dificuldades ao suprimento de

alimentos às tropas, especialmente aos brasileiros: campanha demorada, longos deslocamentos, distância dos possíveis locais de abastecimento, atuação em território ocupado pelo inimigo e depois no próprio solo inimigo, desconhecimento do terreno, difícil acesso por terra (quase inexistência de estradas, matas fechadas, terreno pantanoso) e pelos rios (muitos bancos de areia, necessidade da utilização de práticos estrangeiros para pilotar os navios), e aumento da especulação comercial com o prolongamento do conflito (o que fazia os fornecedores cobrarem preços, por vezes, abusivos).

Muitos dos elementos acima não faziam parte dos cálculos previstos pelos chefes militares e políticos brasileiros quando do início do conflito. Havia uma expectativa por parte da maioria destes setores de que a guerra seria rápida, porém os primeiros meses de combates com o rápido avanço paraguaio ocupando cidades na Província de Corrientes na Argentina e no Rio Grande do Sul no Brasil, demonstraram um maior preparo militar do que o esperado das tropas paraguaias.

Mesmo com o recuo das forças de Solano López a partir da segunda metade de 1865, a guerra apresentou-se como extremamente sangrenta em decorrência da feroz resistência paraguaia amparada pelas fortificações e baterias de artilharia dispostas às margens dos rios Paraná e Paraguai, que eram as vias de acesso primordiais rumo a Assunção, já que quase não existiam estradas e o terreno era bastante hostil (vegetação espessa e muitos pântanos).

Assim, a vitória dos aliados na guerra passou a depender de uma coesa articulação das tropas aliadas e de operações conjuntas entre as forças terrestres e navais. Com relação ao primeiro aspecto, constantes foram as divergências entre os chefes militares, fosse pela irremediável desconfiança nutrida, especialmente, entre brasileiros e argentinos (aliados de momento, mas cujas nações alimentavam uma forte rivalidade desde a Guerra Cisplatina ainda na década de 1820), fosse pelas disputas políticas do Império entre Conservadores e Liberais, que repercutiam entre os líderes militares brasileiros, muitos dos quais pertencentes a um ou outro partido<sup>2</sup>.

Já no que dizia respeito às operações conjuntas entre os exércitos aliados e a força naval, há de se enfatizar que basicamente a esquadra era totalmente brasileira, já que, todos os navios de combate eram brasileiros, havendo apenas alguns poucos navios de transporte de tropas de bandeira argentina. Ou seja, os aliados dependiam sumamente da Marinha do Brasil para o bom êxito na guerra.

Ora, em um contexto onde as únicas vias plausíveis de acesso ao teatro de operações eram fluviais, havia uma clara necessidade de articulação de operações conjuntas entre as forças terrestres e navais. Assim, a força naval brasileira passou a

desenvolver as seguintes missões: bloqueio naval dos rios da região (visando cortar o recebimento de navios e armamentos ao Paraguai provenientes do exterior, o que foi facilitado pelo fato deste país não ter acesso ao mar necessitando usar o estuário do Rio da Prata para tal), dominar a navegação fluvial, transportar as tropas terrestres ao teatro de operações e os feridos e doentes aos hospitais, e prestar apoio de fogo quando do ataque às fortificações inimigas às margens dos rios.

#### *Os principais gêneros consumidos nos navios da Armada Imperial*

Para a efetivação das missões destinadas à Marinha Imperial brasileira, esta força teve de mobilizar dezenas de navios e milhares de homens durante todo o conflito, necessitando, além de prover tais navios de canhões, munições e carvão, dar condições de subsistência aos homens que compunham suas equipagens. Nesse sentido, Maria Dourado aponta que a situação dos militares da Marinha seria:

mais séria que a dos soldados do Exército, pois aqueles passavam muito tempo confinados dentro de pequenos espaços de uma embarcação e na falta de alimentos tinham pouca chance de procurar se abastecer com recursos do meio ambiente, a não ser quando os navios eram obrigados por uma razão ou outra a ficar ancorados na beira dos rios (DOURADO, 2014, p. 58).

Pela própria natureza da atividade marítima, a estrutura de fornecimento de insumos alimentícios aos homens da Marinha privilegiava alimentos que fossem os mais duradouros possíveis no quesito perecibilidade. Os homens do mar adquiriram no decorrer dos séculos certa expertise nos quesitos isolamento e longas jornadas sem contato com a terra, de modo que sabiam que um fator vital para a sobrevivência era ter a bordo uma grande quantidade de gêneros que demorassem a se deteriorar, além da possibilidade de transporte de animais vivos para o abate na própria embarcação.

É nesse sentido que se pode vislumbrar as principais fontes de subsistências dos militares da Esquadra Imperial brasileira nos rios Paraná e Paraguai durante a guerra. Eram elas: bolacha, carne seca ou salgada, bacalhau, toucinho, arroz, feijão, café e aguardente. Idealmente assim se constituía a ração dos marinheiros:

Ao almoço de: Café - Uma libra para 18 praças. Assucar - Uma libra para 12 praças. Pão, ou bolacha - Meia libra por praça.  
Jantar: Gêneros variáveis.  
Cêa: Gêneros variáveis.  
Estes gêneros dividem-se em quatro espécies.  
1ª Espécie: Feijão - Um alqueire para 18 praças. Arroz - Quatro onças por praça. Carne fresca - Libra e quarta por praça.  
2ª Espécie: Feijão. Carne salgada. Toucinho. Azeite doce.  
3ª Espécie: Feijão, ou arroz. Carne seca. Toucinho.  
4ª Espécie: Feijão. Bacalhau, ou peixe. Azeite.

A aguardente é a bebida favorita do nosso marinheiro ao jantar, sendo substituída por vinho em portos estrangeiros. Na falta de café, há o chá, podendo a farinha, nos portos estrangeiros, ser substituída ela pela batata (AZEVEDO, 1870, p. 12).

Estes não eram os únicos alimentos consumidos pelos marinheiros brasileiros durante a guerra, porém eram os mais constantes<sup>3</sup>, havendo momentos durante o conflito de consumo de outros gêneros, tais como: carne verde, vegetais frescos e vegetais em conserva. Não obstante, havia um protagonismo da carne na dieta dos combatentes, conforme aponta Francisco Doratioto:

O componente principal na alimentação desses soldados e de todos os combatentes durante a guerra, fossem aliados ou paraguaios, era a carne bovina, sendo raros os vegetais.

(...)

[A] comida [era] precária sempre baseada em carne. Vez por outra variavam-se as refeições com pirão da farinha mofada, com bolachas, “duras como tábuas”, ou alguma lata de sardinha, compradas de comerciantes a “preços fabulosos” (...) A carne que algum cozinheiro deixava sem proteção logo estava coalhada de larvas das moscas varejeiras (DORATIOTO, 2002, pp. 123 e 198-199).

Tal protagonismo da carne seca ou salgada além de ter relação com a premente necessidade energética proteica exigida dos organismos humanos submetidos a situações-limite em um contexto de guerra, também se vinculava à possibilidade de conservação por mais tempo deste insumo, já que desde a Antiguidade

o método de conservação mais usado foi o da desidratação, feita com o calor do sol (onde o clima permitia) ou com a fumaça (nos países frios), mas mais normalmente em todo lugar, com o sal, protagonista de primeiríssimo plano na história da alimentação, justamente porque, além de dar sabor aos alimentos, tem a propriedade de desidratá-los e conservá-los no tempo (MONTANARI, 2008, p. 39).

A farinha de mandioca, por sua vez, tornara-se um dos itens quase obrigatórios nos navios mercantes e de guerra que partiam do Brasil desde o século XVI. A apropriação desse hábito alimentar indígena, com sua intensa difusão no Brasil colonial teve por contributo à atividade marítima, além do sabor e das possibilidades de preparo de pratos, seu atributo de, ao ser “Resistente à ação do tempo, a farinha de mandioca americana foi essencial também nas longas viagens marítimas entre os domínios portugueses, sendo encontrada inclusive nos navios da Carreira da Índia” (RODRIGUES, 2017, p. 84). De modo que, no século XIX a Marinha Imperial brasileira ainda fazia uso ostensivo deste insumo que ficara conhecida pelos navegadores lusitanos séculos antes como “farinha de guerra”.

Ou seja, o que se comia dependia muito do momento da guerra. Quando os aliados conseguiram iniciar a ocupação do território paraguaio na Operação do Passo da Pátria em abril de 1866, tendo os paraguaios se retirado da Argentina, a situação de fornecimento de gêneros alimentícios melhorou consideravelmente já que os fornecedores passaram a ter mais facilidade no envio de carne fresca e gado vivo para o abate aos acampamentos aliados e navios brasileiros<sup>4</sup>. Tal bonança, porém, não durou até o final da guerra, com altos e baixos até 1870, tendo havido mais maus momentos do que bons no quesito alimentação durante o conflito.

Quando nos referimos a maus momentos necessariamente não estamos nos referindo apenas à carestia, apesar de ela ter se feito presente de modo vigoroso em muitas ocasiões, mas também à qualidade nutricional dos alimentos consumidos. Por vezes havia comida suficiente para todos, porém a variedade era sofrível e sem a presença de todos os nutrientes necessários. O Cirurgião-Mor da Armada brasileira, Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier, em sua *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguai e Paraguai*, apontava a privação de alimentação fresca como uma das causas do grande número de moléstias que acometeram os marinheiros brasileiros durante a guerra, especialmente as que atacavam o “tubo gastro-intestinal”, e que apesar de:

A ração do marinheiro brasileiro, comparada com a dos marinheiros de outras nações, é boa, mas não variavel, e a hygiene vem ainda em auxilio acerca dos animaes, que servem ao sustento do homem do mar. A carne fresca, que é superior nestes paizes [Argentina e Uruguai], não podia ser continuamente distribuida pelas guarnições em consequencia das circumstancias anormaes, em que nos achávamos (...) Era porém algumas vezes necessario obedecer ás circumstancias especiaes da guerra, e as guarnições sustentavão-se com carne salgada, resultando enfermidades graves (...) A alimentação vegetal, tão necessaria simultaneamente com a animal para ser reparadora, pouca vezes podia obter-se (AZEVEDO, 1870, p. 11).

#### *As dificuldades de abastecimento na fase inicial da guerra*

Tais circunstâncias anormais citadas pelo Cirurgião-Mor da Marinha brasileira se apresentaram com vigor ainda na fase inicial da guerra. Como dito anteriormente, o conflito do Paraguai com o Brasil teve início no final de 1864, após duas ações hostis paraguaias, a primeira delas em novembro quando o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que levava passageiros à província de Mato Grosso, foi apresado após passar por Assunção<sup>5</sup>. A segunda ação, ocorrida em dezembro foi a invasão do Mato Grosso por tropas paraguaias. No princípio de abril de 1865, tão logo a Marinha Imperial deu por concluída as ações navais que ainda desenvolvia no Uruguai em apoio aos *Colorados* de

Venâncio Flores, determinou-se que duas divisões navais formada por 12 navios subissem o rio Paraná e efetivassem o bloqueio naval ao mesmo tempo que, a partir do mês de maio, com a entrada da Argentina na guerra, prestariam apoio à coluna do exército argentino que ia de encontro às forças paraguaias.

Sob o comando, inicialmente, do Capitão de Mar e Guerra José Segundino Gomensoro, logo depois substituído pelo Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, a Força Naval brasileira teve dificuldades no deslocamento rio acima, demorando mais do que o esperado, algumas vezes em decorrências dos constantes encalhes dos navios brasileiros nos bancos de areia devido ao grande porte das embarcações, outras vezes por ter sua marcha paralisada ou retrocedida a pedido das forças terrestres argentinas.

Um dos destinos previstos era a chegada até um ponto de apoio: a cidade argentina de Corrientes. Contudo, nesse ínterim tal cidade foi ocupada pelas forças paraguaias e, ao mesmo tempo, duas colunas paraguaias invadiam os territórios argentino (margeando o rio Paraná) e brasileiro (margeando o rio Uruguai).

É nesse contexto que a Força Naval brasileira começou a sofrer com a falta de gêneros alimentícios. O dispêndio de mais tempo que o planejado na subida do rio Paraná levou ao maior consumo de alimentos e, apesar de ter-se levado em consideração tal possibilidade e haver-se aprovisionado os navios com gêneros para três meses de navegação<sup>6</sup>, as condições de armazenamento dos alimentos por vezes contribuía para sua deterioração.

Além disso, outros três fatores concorreram para a ameaça da fome a bordo dos navios: (1º) ao ocupar Corrientes os paraguaios cortaram uma das fontes de abastecimento dos brasileiros, que inclusive já haviam negociado em Buenos Aires o fornecimento quando em Corrientes a Esquadra chegasse; (2º) a coluna invasora paraguaia no território argentino passou a impedir o fornecimento de gêneros à Força Naval brasileira por parte de comerciantes das demais vilas e cidades no curso do rio; e (3º) inicialmente, as embarcações contratadas para subirem o rio desde Buenos Aires transportando alimentos e carvão para os navios brasileiros eram movidas a vela e tiveram sua navegação dificultada pela mudança desfavorável dos ventos<sup>7</sup>.

Às vésperas da famosa Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho de 1865)<sup>8</sup>, a situação em que os marinheiros brasileiros adentraram era dramática e pode ser constatada pelas diversas fontes documentais produzidas por alguns deles. O próprio Chefe Barroso, já havia determinado regime de meia-ração às guarnições, ou seja, o



acionamento dos gêneros com a redução no fornecimento diário de alimentos. Barroso registrou tais dificuldades em seu diário particular:

1º de junho de 1865

(...) em breve escasseará a carne, faltando já bolacha em alguns navios. Como deste gênero ou pão e carne, contávamos obter suprimento em Corrientes, tendo sido ocupada esta cidade pelos Paraguaiois, nada recebemos, e temos que recorrer ao pouco que trouxemos (...) Dispus para que amanhã siga o *Ipiranga* até o Rincón do Soto a buscar carne seca (BARROSO, 2016, p. 194).

(...)

Dia 6 de junho

(...) Espero a cada momento que me chegue o *Ipiranga*, que mandei ver a carne. (...)

Dia 7 de junho

(...) São 7 horas da noite, não me chegou ainda o vapor *Ipiranga* (...) temos tantos inconvenientes para obter carne (...); vai amanhã o vapor pequeno *Igurei* a procurá-lo (BARROSO, 2016, p. 197).

(...)

Dia 8 de junho

(...) Chegou às 9 ¼ o *Espigador*, respirei, sendo que trazia bolacha que me dava para alguns dias a meia-ração, até que me venha novo reforço. Carnes é do que estou necessitado; é preciso que venham com a maior brevidade. (...) Às 4 horas (...) apareceu o vapor *Ipiranga* (...) Não trouxe carne! (BARROSO, 2016, p. 198).

(...)

Dia 11 de junho

Tinha ido de manhã cedo o práctico com a lancha do vapor *Jequitinhonha* buscar carne no Chaco, pois tinha comprado cerca de 30 reses e tinha mandado carnear cinco ou seis (BARROSO, 2016, p. 199).

Ante a dramática situação em que os brasileiros se encontravam, o Chefe de Divisão Barroso solicitava socorro junto ao Comando da Esquadra sediado em Buenos Aires na pessoa do Almirante Tamandaré. Por vários dias seguidos Barroso enviou cartas reportando a falta de alimentos e solicitando o seu imediato envio. Em 21 de maio informou que escasseavam o carvão e os mantimentos, o que era potencializado pela superlotação dos navios com tropas argentinas do General Wenceslao Paunero. No dia 29 de maio solicitava remessa de gêneros alimentícios. No dia seguinte pedia que lhe fossem enviados suprimentos pelo Vapor *Esmeralda*. Em 1º de junho informava sua decisão de enviar a Canhoneira *Ipiranga* rio abaixo com o propósito de adquirir carne de charque pois teria víveres para apenas mais 7 ou 8 dias, além de cerca de 200 doentes a bordo dos navios, os quais não teriam com o que se alimentar. No dia seguinte, em nova carta, reforçava o pedido por envio de comida que poderia ser feito pelo Vapor *Princesa*. Nos dias 03 e 04, novamente requereu o envio de comida, apontando que a situação era dramática estando já os homens fracos (ARQUIVO DA MARINHA, Livros VII-VIII, Docs 486-487-489, 1865).

Em 5 de junho, Barroso comunicou a chegada de uma escuna que trouxera mantimentos, mas estes seriam insuficientes, necessitando de mais carne, bolachas e farinha. Para piorar o quadro, no dia seguinte o chefe da Força Naval brasileira informaria em nova carta que os gêneros trazidos pela escuna no dia anterior estavam inservíveis ao consumo por terem se deteriorado e reiterava o pedido pelo envio de carne, bolachas e farinha, pois tinha muitos doentes a bordo. O tom desesperado e apocalíptico se elevou em carta remetida no dia 7 de junho quando Barroso comunica não ter regressado ainda a Canhoneira *Ipiranga*, estando as tripulações dos navios da força naval sob seu comando acometidas pelas “três pragas: peste, fome e guerra” (ARQUIVO DA MARINHA, Livro VII, Doc 489, 1865).

Outros membros das tripulações dos navios componentes da Força Naval também exporiam tais dificuldades. O jovem Primeiro-Tenente Antonio Luiz von Hoonholtz (futuro Almirante e Barão de Teffé), comandante da Canhoneira *Araguari*, exporia em carta enviada a seu irmão no dia 22 de junho de 1865, sua narrativa sobre a Batalha Naval do Riachuelo da qual tomara parte, afirmando que estava “comendo mal, bebendo uma água impossível e martirizado dia e noite pelos mosquitos” (HOONHOLTZ, 1912, p. 18).

Datadas de 9 de junho de 1865, duas missivas advindas da Força Naval sob o comando de Barroso foram enviadas ao Primeiro-Tenente Arthur Silveira da Motta (futuro Almirante e Barão de Jaceguai). Silveira da Motta à época estava em Buenos Aires servindo como secretário e ajudante de ordens do Almirante Tamandaré (Comandante em Chefe da Esquadra em Operações). Um dos missivistas era o Capitão-Tenente Joaquim José Pinto, comandante da Corveta *Jequitinhonha*, que assim se expressava em sua carta:

Pelo que vejo, breve teremos de morrer de fome por falta de providência dos fornecedores (...)

Há navios que não têm bolacha, outros carne-seca ou salgada, porque fresca nem por sombra (...)

De maneira que aqui nos vemos entre a fome e a guerra (JACEGUAY, 1984, pp. 192-193).

O segundo missivista era o Capitão de Mar e Guerra Segundino Gomensoro, o qual também expunha a difícil situação:

Em todos os navios já os oficiais estão, há dias, reduzidos ao rancho paiol. Eu mesmo, que como sabe, sou previdente, já me vou reduzindo aos últimos recursos; verdade é que o anzol me tem valido e a mais alguém. (...) Nossas guarnições (...) privadas de bolachas. Isto tem produzido moléstias graves (JACEGUAY, 1984, p. 207).

Mesmo diante deste quadro desfavorável aos marinheiros brasileiros, o ataque da Esquadra paraguaia à brasileira no dia 11 de junho resultou no que é considerada a maior vitória da Marinha do Brasil em sua história naval: a Batalha Naval de Riachuelo. Hoonholtz afirma que no dia da Batalha:

Quando os paraguayos appareceram eram 8 1/2; a, guarnição tomava o seu almoço e eu saboreava minha canequinha de café.

As 9 horas trocamos os primeiros tiros e logo uma bala de 32 arrombou a nossa cozinha, que é no convez, arrojando caldeira e panellas pela bórda fóra.

Depois d'isso estivemos todos a póstos, e, si os marinheiros aproveitavam os intervallos da peleja para roerem alguma bolacha guardada no bolso da calça, o mesmo não podia eu fazer (HOONHOLTZ, 1912, pp. 55-56).

Hoonholtz afirma que só conseguiu comer algo entre as 3 e 4 horas da madrugada do dia 12 pois, após a Batalha, que durou da manhã até o fim da tarde do dia 11, o seu navio ainda tomou parte da perseguição às belonaves paraguaias remanescentes e, depois, rebocou as chatas<sup>9</sup> inimigas abandonadas. Ainda no contexto deste embate, Barroso buscou sem sucesso, no dia 13, desencalhar e recuperar a Corveta *Jequitinhonha* (encalhada durante a Batalha do dia 11).

Tal insucesso se deveu ao fato de forças paraguaias ainda postarem-se em terra atacando com fuzilaria e artilharia de canhões os navios que buscavam salvar a *Jequitinhonha*. Assim, na noite do mesmo dia, determinou-se que a Canhoneira *Araguari* fosse até o local e incendiasse o navio encalhado. A operação planejada por Hoonholtz foi um sucesso: sete homens foram em um pequeno bote a remos até o navio, e mesmo recebendo tiros do inimigo, conseguiram incendiar a *Jequitinhonha*, o Vapor *Paraguari* (navio paraguaio que semiafundara na Batalha) e uma chata, tendo todos retornado ao seu navio sem ferimentos. Recebidos com celebração pelos seus companheiros, Hoonholtz afirma na carta ao irmão que gostaria de ter-lhes dado algum prêmio que seria em forma de alimentos, porém:

Apertou-se-me o coração por não ter nada com que galardoad-o em quadra de meia razão, porem entrando na camara em busca de qualquer brinde encontrei uma caixa de charutos. Fil-a abrir e na tolda os distribui dando 6 a cada marinheiro e 14 ao Guardião (HOONHOLTZ, 1912, p. 94).

Isto porque a vitória em Riachuelo não significou a chegada imediata de suprimentos. De modo que além do cansaço e do grande número de feridos (sem falar nos mortos em ação), os homens dos navios ainda enfrentavam o racionamento dos alimentos.

O Chefe Barroso apontaria em seu diário que apenas no dia 15 de junho alguns gêneros chegaram:

Nada de aparecer o vapor *Esmeralda* pelo qual espero comestíveis (...) Aleluia! Dão parte que aparece um vapor de baixo e com bandeira inglesa, é o *Esmeralda*, fundeu às 4 ½; com efeito traz a de torna-viagem e alguns mantimentos. Recebi comunicações do comandante do *Itajaí* que me traz a chata com algum gado, e que a *Ivaí* traz (...) mantimentos (BARROSO, 2016, p. 204).

Assim, percebe-se que ante as dificuldades encontradas pelo fornecimento de insumos por embarcações movidas a vela, passou-se a se contratar navios a vapor de diversas nacionalidades para o transporte de mantimentos à Força Naval brasileira postada no rio Paraná. Três meses após a Batalha em Riachuelo, a coluna paraguaia que ocupara a cidade gaúcha de Uruguaiana se renderia, fazendo com que a outra coluna que tencionava descer o rio Paraná para juntar-se àquela batesse em retirada, de modo que as cidades argentinas foram desocupadas pelos invasores.

#### *Uma breve melhoria nas condições de alimentação a bordo*

A rendição paraguaia em Uruguaiana e o gradativo recuo das tropas de Solano López do território argentino no segundo semestre de 1865 possibilitou à Marinha brasileira melhores condições para efetivação do abastecimento dos seus navios. Findara a presença paraguaia no território argentino, que coagia potenciais comerciantes de alimentos nas vilas e cidades às margens do rio, além disso, com a liberação da cidade de Corrientes a atividade logística teve melhorias aos aliados, tendo em vista a importância da cidade que era de porte considerável ante as demais situadas na região.

A esse respeito, o Cirurgião-mor da Armada, creditava também as melhorias no fornecimento de alimentos ao Almirante Tamandaré, ainda baseado em Buenos Aires, mas trabalhando no suporte logístico à Força naval comandada por Barroso e às tropas que lutavam no Rio Grande do Sul:

A dificuldade de fornecer diariamente ao marinheiro carne fresca, sustentando esta alimentação com a vegetal, desapareceu, procurando o Exm. Almirante [Tamandaré] aceitar propostas da Província do Rio Grande, e Cidades de Buenos Ayres e Rosário, de carne fresca em conserva, de caldos de carne, e de galinha para os doentes; contractos foram estabelecidos, que persistirão até que o nosso Exercito e Esquadra, vencendo passo a passo terreno, depois de gloriosas victorias, alcançadas com grandes sacrificios, teve constantemente a sua alimentação de carne verde, sendo o gado trazido á margem Correntina, e Paraguaya, por fornecedores, que pelos seus contractos erão obrigados diariamente a supprir o Exercito e Esquadra (AZEVEDO, 1870, p.131).

Como dito anteriormente, o oficial que Tamandaré deixara como responsável pela articulação e execução das atividades logísticas era um de seus secretários e ajudante de ordens, o Primeiro-Tenente Euzébio José Antunes. O tenente Antunes afirma em suas memórias que poucos dias após a vitória em Riachuelo os fornecedores contratados começaram a alcançar êxito na entrega dos mantimentos à Esquadra:

No dia 19 chegou a *Ivaí*, rebocando o brigue *Pepiriassu*, que nem só trazia algum carvão, como 200 quintais de carne-seca, e outros mantimentos (...)

No dia 20 chegou o Pacote *Espigador*, e entregou mantimentos que completavam dois meses. A 22 apareceu o Vapor argentino *Guardia Nacional*, e entregou dez mil quintais de carne-seca (...)

No dia 5 [de julho] a Corveta a hélice *Magé* (...) e o *Igurei* (...) iam carregados com barris de carne salgada (...)

No dia 11 [de julho] comunicou o chefe que tinha obtido do saladeiro Lafón, no Rincón do Soto, 300 quintais de carne-seca, pelo que não devia se mandar mais este gênero de Buenos Aires.

No dia 12 chegava a Escuna *Nova Julia* com mantimentos, e uma outra de Bela Vista com reses vivas (ANTUNES, 2007, pp. 129-130).

Além dos aspectos burocráticos que envolviam a contratação e pagamento de fornecedores por parte do Tenente Antunes em Buenos Aires, há de se levar em conta as dificuldades no deslocamento fluvial na medida em que fatores naturais como a cheia e seca dos rios, além do regime de ventos, também influenciavam a operação logística.

Nota-se na documentação que apesar das dificuldades encontradas havia um esforço para efetivação do abastecimento dos navios. Quando do cerco à cidade de Uruguaiana visando a rendição dos paraguaios que a ocupavam, o próprio Almirante Tamandaré deslocou-se até lá e a operação bélica, como dito foi bem-sucedida, tendo sido a cidade retomada pelos aliados em 18 de setembro de 1865. Antunes, então em Buenos Aires, envia uma carta em 22 de setembro ao amigo Tenente Silveira da Motta, que também fora a Uruguaiana acompanhando Tamandaré, parabenizando-o pelo feito e comunicando o envio de alimentos:

Como a glória, porém, não sustenta, e vocês devem estar apurados por bons petiscos, mando no *Maracanã* (...) um suprimento, isto é, um sofrível rancho, embora o Almirante não me tivesse falado nisso (JACEGUAÍ, 1984, p. 166).

O ano de 1866 adveio com melhoras quanto ao abastecimento dos navios da Marinha do Brasil em operações de guerra. Nesse ano, o próprio Almirante Tamandaré deslocou-se ao teatro de operações, tendo conduzido a operação naval de tomada do Passo da Pátria e desembarque das forças aliadas no território paraguaio.

No Estado-Maior de Tamandaré estava o Capitão-Tenente Manuel Carneiro da Rocha, o qual em 19 de maio de 1866 foi nomeado comandante da Canhoneira *Itajaí*. Durante todo o ano de 1866 Carneiro da Rocha registrou em seu diário as movimentações e ações da Esquadra nos rios Paraná e Paraguai, agora contando com a presença de seu Comandante em Chefe.

De modo diverso aos seus companheiros de farda que no ano anterior registravam carestia alimentar a bordo dos navios, o diário de Carneiro da Rocha referente a 1866 em momento algum trata da falta de víveres. Com a retirada dos paraguaios da Argentina e do Sul do Brasil, o trânsito de embarcações transportando mantimentos à Esquadra e aos Exércitos aliados aumentou, de modo que constantemente Carneiro da Rocha escreveu sobre a chegada de navios com alimentos (principalmente carne e pão), ou acerca da saída de embarcações rumo a localidades próximas a fim de obter carne fresca carneada pelos comerciantes locais. Nesse momento, a maior parte do transporte dos gêneros já era realizada por navios a vapor.

Ademais, em três ocasiões (14 de março, 2 e 8 de dezembro) o oficial acima citado registrou em seu diário a realização de banquetes. O primeiro dos banquetes, ocorreu no navio *Capitânia*, Vapor *Apa*, onde se encontrava o Visconde de Tamandaré. Tal refeição festiva fora promovida em homenagem ao “aniversário de nascimento da S.M.A. Imperatriz” Teresa Cristina:

Às 5h houve grande jantar, ao qual assistiram o Conselheiro Otaviano, General Osório, chefes Alvim e José Maria Rodrigues, Coronéis Resin e Pinto de Almeida, Azeredo Coutinho, Major Carvalho, e várias pessoas que acompanhavam o Otaviano, ao todo 28 talheres.

Houve diversos brindes, sendo o primeiro às S.S.M.M. Seguiram-se outros ao Exército e à Armada, ao povo brasileiro, aos voluntários da pátria, à “ciência e força” reunidas nos dois generais de mar e terra e ao diplomata. Às 8h concluído o banquete e ameaçando trovoadas, todos os convivas se retiraram (ROCHA, 1999, p. 51).

Em 2 de dezembro a celebração deu-se por conta da data natalícia do Imperador D. Pedro II, tendo dado “o Almirante grande banquete no *Apa*, ao qual assistiram os comandantes das divisões e dos navios” (ROCHA, 1999, p. 315). Em 8 de dezembro, por sua vez, celebrou-se o dia de Nossa Senhora da Conceição que à época era considerada a padroeira do Império do Brasil. Nesse dia, após a celebração de uma missa na Ilha do Cerrito (local onde a Marinha do Brasil estabeleceu um arsenal e um hospital), “dirigiu-se o Almirante (...) para as oficinas, onde se tinha preparado lauto almoço à custa dos comandantes dos navios e da Ilha, e do negociante Pereira” (ROCHA, 1999, p. 320).

Logicamente que de tais banquetes não participaram a grande parte dos milhares de marinheiros a serviço da Armada Imperial no teatro de operações, mas apenas algumas poucas autoridades militares e seus oficiais ajudantes. Os demais tinham de contentar-se, em sua maioria, com suas rações diárias fornecidas pela Marinha. Apesar de junto aos acampamentos aliados terem se formado verdadeiras cidades itinerantes compostas por barracas que comercializavam muitos itens, inclusive alimentos, muitos dos marinheiros não possuíam recursos pecuniários disponíveis para sua compra, já que seus ínfimos soldos eram destinados ao sustento das famílias deixadas no Brasil.

Apesar disso, os trechos do diário do Capitão-Tenente Carneiro da Rocha nos dão pistas de que em alguns momentos da guerra a alimentação na Armada Imperial, para alguns sujeitos, foi além do caráter de sobrevivência. Ou seja, nesses raros momentos certos indivíduos refestelaram-se prazerosamente à mesa.

#### *Pequenos prazeres alimentares em meio à guerra*

Para além dos banquetes oficiais citados pelo Capitão-Tenente Carneiro da Rocha, e ante a aridez do conflito onde tantos tombavam diariamente em combate ou, principalmente, em decorrência de moléstias, pequenos prazeres alimentares presentes em outras fontes documentais saltam aos olhos do historiador.

Dentre estas fontes estão as cartas recebidas por Arthur Silveira da Motta. O jovem oficial da Marinha era filho do senador José Inácio Silveira da Motta. Arthur recebia de seu pai diversas missivas, das quais, vez por outra iam acompanhadas de algumas guloseimas, tais como laranjas e doces de goiaba quando o oficial ainda se encontrava em Buenos Aires. Mais tarde, quando Arthur Silveira da Motta já estava atuando no rio Paraguai, outros itens alimentícios lhe foram enviados pela família. Às vésperas da Passagem de Humaitá pela Esquadra, quando Silveira da Motta já era comandante do Encouraçado *Barroso*, lhe chegou uma carta de seu pai:

Rio, 29 de janeiro de 1868

(...)

no Transporte *Apa*, que deve sair amanhã, (...) te enviam, as tuas irmãs, uma lata com biscoitos de polvilho.

Ainda não sei se recebeste a farinha que pediste, e te mandei acondicionada numa barrica (JACEGUAY, 1984, pp. 410-411).

Outro relato que aborda a comida a bordo dos navios da Armada Imperial durante a guerra para além de sua finalidade de provedora da sobrevivência está nos escritos de James Tomb, um norte-americano contratado pela Marinha do Brasil durante a guerra.

James Hamilton Tomb lutara na Guerra de Secessão no exército confederado no posto de Capitão e pouco tempo após o término daquele conflito partiu para a América do Sul, primeiro para a Argentina e depois para o Brasil, onde ofereceu seus préstimos como engenheiro militar, tendo sido contratado pela Marinha Imperial para recolher e desarmar os “torpedos” colocados pelos paraguaios nos rios que grande risco causavam aos navios brasileiros.

Em suas memórias sobre essa época de sua vida, James Tomb relata sua viagem rumo ao teatro de operações a bordo de um dos navios da Marinha brasileira:

O grande número de oficiais a bordo não impediu que fosse servido, como de costume, um prato que se assemelhava ao “Hopping John”, do Sul dos Estados Unidos – um cozido de bife, farinha, tomates, pimenta e bacon. Um dia, quando estava na ponta do comando, olhando para baixo, vi o cozinheiro sem camisa e suando incrivelmente em cima da panela. Nunca mais provei daquele petisco, mas não revelei o motivo ao Capitão Rice<sup>10</sup>, grande apreciador do cozido (COTNER, 2015, p. 144).

Possivelmente, Arthur Silveira da Motta teve a oportunidade de saborear em mais de uma ocasião os biscoitos, laranjas, doces e farinhas enviadas por sua família. Do mesmo modo o engenheiro Tomb e o Capitão Rice puderam saborear algumas vezes o *Hoppin’ John* à brasileira no navio que os levava ao front naval, apesar da descoberta nada agradável de Tomb que o fez declinar do prato posteriormente.

Por outro lado, outro companheiro de farda desses homens, o já citado tenente Antonio Hoonholtz, não teve a mesma sorte com relação a um animal que levava no navio sob o seu comando, cujo abate estava reservando para alguma ocasião especial:

Depois lembrei-me de um leitão que eu comprara numa goleta, em maio, ao subir [o rio], e que destinava a um jantar com os camaradas Álvaro e Barbosinha no dia de Sto. Antonio. Desagradável notícia me deu o Mestre Bernardo: no próprio dia 13 [de junho de 1865], a segunda bala de Bruguez arrancando-nos um pedaço da amurada levou de rôjo o leitão que a ella se arrimára a grunhir de mêdo! (HOONHOLTZ, 1912, p. 100).

### *Os surtos de moléstias e as medidas relacionadas à alimentação*

A partir do último trimestre de 1866 teve início uma certa estagnação no avanço das forças aliadas, a qual prolongou-se até o ano de 1868<sup>11</sup>. Com a vitória paraguaia na Batalha de Curupaiti (22 de setembro de 1866), as forças aliadas sofreram severas críticas na imprensa de seus países. A guerra que já se mostrava deveras prolongada apresentou-se como de resultado perigoso aos aliados ante a tragédia militar ocorrida em Curupaiti.

Assim, uma série de mudanças nos comandos aliados foram desencadeados, e ao final de 1866, o Almirante Tamandaré foi substituído no Comando em Chefe da



Esquadra em Operações pelo Chefe de Esquadra Joaquim José Ignácio (futuro Barão e Visconde de Inhaúma, que logo seria promovido a Vice-Almirante). Além disso, o Marquês de Caxias substituiria o presidente argentino Bartolomeu Mitre no Comando das Forças Aliadas.

O ano de 1867 não apresentou grandes mudanças no cenário da guerra, contando com batalhas de menor monta e muitas escaramuças. Nesse contexto, as forças terrestres concentraram-se em imensos acampamentos com péssima infraestrutura sanitária, ao mesmo tempo em que na Esquadra estagnada também havia milhares de homens aglomerados em pequenos e insalubres espaços. Essa situação contribuiu para o aparecimento de diversas epidemias altamente mortíferas, as quais eram potencializadas pela alimentação pouco diversificada da grande maioria dos homens.

As doenças ceifaram muito mais vidas dentre todas as forças beligerantes do que os combates em si. Adler Castro (2018) ao se debruçar sobre as dificuldades logísticas especificamente relacionadas ao atendimento médico na Guerra do Paraguai, empreende um breve balanço comparativo com outros conflitos ocorridos no mundo entre os séculos XVIII e XX, afirmando que tal contexto de um elevado número de baixas em guerras em decorrência de enfermidades subsistiu até a segunda metade do século XX. O referido autor entende que “a vulnerabilidade dos soldados às doenças era um fator inevitável nas considerações militares, pois se tratava de um problema que afetava as tropas de forma muito mais crítica do que as ações dos inimigos” (CASTRO, 2018, p. 149).

Várias foram as moléstias que acometeram soldados e marinheiros na Guerra da Tríplice Aliança: desde enfermidades que envolviam o sistema digestivo (como desintérias), passando por aquelas que afetavam o sistema respiratório, até aquelas epidêmicas como cólera, varíola, malária, escorbuto, etc. Além disso, ainda haviam as infecções bacterianas causadas pelos ferimentos (frutos ou não dos combates) ou cirurgias realizadas em ambientes insalubres.

A alimentação foi um dos fatores determinantes para a proliferação de várias dessas enfermidades, tendo sido a causa primordial ou contribuído para a não recuperação adequada dos doentes. Duas eram as razões principais para isso: carência ou ausência total do consumo de determinados tipos de alimentos fontes de vitaminas e nutrientes necessários à plena saúde humana, ou ingestão de gêneros apodrecidos ou mofados.

Ambas as razões eram de conhecimento do Corpo de médicos da Marinha, contudo as condições extremas da guerra, muitas vezes, não ofereciam soluções de fácil consecução. Sobre a primeira das razões o Cirurgião-Mor da Armada se manifestaria:

o resultado nocivo da uniformidade de uma alimentação, patenteou-se, quando a Esquadra esteve ancorada no Chimbolar, ou em Curusú nesse espaço lugubre das duas epidemia do cholera-morbus e escorbuto, reclamando pertinazmente a compra de alimentos em conserva e do fornecimento de vegetaes, como minorativos de enfermidades graves, que desenvolvião-se, tendo-se conseguido, porém tarde, a distribuição da alimentação vegetal, que de Montevidéo, e do Brasil foi enviada (AZEVEDO, 1870, p. 133).

À época da guerra, as reais causas da cólera ainda não eram totalmente conhecidas, havendo muitos debates na comunidade médica a respeito. Apesar de desde a década de 1840 ter se levantando a hipótese na Europa sobre uma possível contaminação fecal-oral decorrente do consumo de águas ou alimentos contaminados, tal hipótese ainda não era totalmente aceita ou conhecida. Apenas na década de 1880 é que se passou a aceitar essa explicação.

Mesmo assim, por um de seus principais sintomas ser a diarreia aquosa que durava dias, interpretava-se que a causa primordial seria o consumo de algum alimento inadequado que afetava o tubo gastrointestinal. Nesse sentido, quando da epidemia que acometeu a Esquadra em 1867, o Almirante Joaquim José Ignácio baixou a seguinte determinação na Ordem do Dia nº 48, de 25 de abril que atribuía o aumento no número de casos de cólera entre os marinheiros ao consumo do feijão:

Tendo reconhecido que na quadra actual o feijão concorre para maior desenvolvimento da epidemia reinante a bordo dos navios da esquadra, determino que d'ora em diante a ração desse gênero seja distribuída somente duas vezes por semana, sendo substituída nos outros dias pelo arroz, medida essa que se observará até que se reconheça a completa extinção da referida epidemia (BRASIL, 1869, p. 109).

O restabelecimento da distribuição diária de feijão somente se deu no princípio do ano seguinte, tendo o Almirante (agora com o título de Barão de Inhaúma) determinado a resolução por meio da Ordem do Dia nº 114, de 7 de fevereiro de 1868, com a seguinte motivação: “Parecendo extinta na esquadra a epidemia do cholera-morbus, e propondo, por esse motivo, o Sr. chefe de saúde, que seja restabelecida a alimentação do feijão as guarnições” (BRASIL, 1869, p. 179).

Com a base da alimentação constituída por carne (carne seca ou salgada na maior parte do tempo), a carência de alimentação fresca e vegetais era tida pelo Dr. Carlos Azevedo como causadora de problemas na saúde dos homens, pois para ele “sem a reunião da alimentação vegetal e animal, esta não póde ser reparadora” (AZEVEDO, 1870, p. 132). Desse modo, a solução encontrada pelas autoridades navais responsáveis

pelo abastecimento de víveres aos combatentes, ante as demandas por esse tipo de alimentos foram os alimentos em conserva.

O historiador Giorgio Pedrocco, afirma que entre os séculos XVIII e XIX a Europa aumentou sua produção agrícola o que veio acompanhado do desenvolvimento de uma indústria voltada à conservação dos alimentos:

Para aumentar sua produtividade, a indústria – particularmente a europeia – procura novos sistemas de acondicionamento para os produtos alimentares mais correntes (...) a indústria alimentar conhece um forte crescimento no século XIX, com o rápido desenvolvimento das fábricas de conserva (PEDROCCO, 1998, p. 765).

Alberto Capatti, no mesmo sentido, aponta que o desenvolvimento da indústria das conservas trouxe em seu bojo uma legitimação dada, já em princípios do século XIX por indivíduos que trabalhavam na área da saúde:

Na França, o extrato sólido é a ideia fixa dos farmacêuticos e químicos, das boas almas que pensam nos asilos, dos superintendentes que sonham com exércitos poderosos. (...)

A indústria das conservas orgulha-se por sua ascendência prestigiosa formada por médicos farmacêuticos e droguistas (CAPATTI, 1998, p. 782).

Já Massimo Montanari afirma que:

Quanto aos alimentos perecíveis, no decorrer dos séculos, muita energia foi dedicada à elaboração de técnicas, as mais diversas para mantê-los no tempo. “A conserva é a ansiedade em estado puro”, escreveu o sociólogo Girolamo Sineri. Mas também uma aposta no futuro (MONTANARI, 2008, p. 38).

A abordagem desses três historiadores italianos toma por base o discurso médico que entre os séculos XVIII e XIX apregoava a manutenção dos elementos nutritivos dos alimentos mesmo que estivessem em conservas. Tal fundamentação médica foi fundida às necessidades humanas de conservação dos gêneros, dentre as quais figuram as atividades bélicas de fornecimento de alimentos duradouros à soldados e marinheiros que estariam distantes dos centros de produção e distribuição.

Jaime Rodrigues, por sua vez, ao discorrer a respeito da alimentação na vida marítima entre os séculos XVI e XIX, afirma que os “ingleses foram os primeiros a fornecer seus navios com alimentos em conservas industriais (...) Carnes enlatadas, somadas ao suco de lima e ao açúcar, mantinham a boa saúde do grupo” (RODRIGUES, 2020, p. 386).

Pode-se dizer que as conservas revolucionaram a história das guerras na medida em que modificaram ao longo do tempo o modo primordial de se abastecerem as tropas:

Uma grande parte do problema da intendência advinha da perecibilidade da comida em todos os períodos e locais antes do advento do enlatamento e da provisão de alimentos artificiais, no século XIX. (...) até mesmo a melhor dieta da intendência era deficiente em alimentos frescos, de forma que em tempos de escassez os soldados, tal como os marinheiros de longo curso estavam propensos a sucumbir às doenças da subnutrição (...).

A dieta militar foi revolucionada na metade do século XIX pelo aparecimento da carne enlatada (já em 1845, embora por um processo que podia causar o envenenamento por chumbo de quem dependia demais dela) (KEEGAN, 2006, p. 391).

Nesse sentido, em 25 de junho de 1867, durante um debate no Parlamento brasileiro com o Deputado Aureliano Tavares Bastos, o Ministro da Marinha (Visconde de Ouro Preto), indicaria que a Marinha estaria sendo devidamente abastecida com alimentos (inclusive fazendo menção ao envio de comida em conservas). Tal debate se dava em decorrência da epidemia de escorbuto que atacara os homens a bordo dos navios no rio Paraguai. Para o Ministro da Marinha, não se podia atribuir tal surto à carência alimentar, argumentando que:

[A Esquadra] recebe diariamente alimentação fresca. Tem carne verde todos os dias; as rezes são mortas a poucas amarras dos navios, tem pão fabricado em um navio próprio para esse fim, tem legumes fornecidos pelos contratadores, tem café e mate, além disso, verduras em conserva e daqui lhe envio (BRASIL, 1867, p. 289).

Apesar de tal fala do Ministro, a situação alimentar das forças navais nesse momento da guerra não era tão favorável quanto Ouro Preto advogava no Parlamento brasileiro no Rio de Janeiro. A carne verde diária não se constituía em uma realidade, havendo momentos em que era consumida, mas não com tanta periodicidade, os legumes e “verduras em conserva” também não se eram consumidos com a constância apregoada.

*“Carne seca avariada, feijão preto bichado e bolacha bolorenta”*: Problemas advindos do armazenamento inadequado dos gêneros alimentícios

Para completar o quadro de pouca variedade alimentar, em vários momentos da guerra os marinheiros foram obrigados a consumir alimentos inadequados por já se encontrarem degradados ou, se tinham essa opção, de lançar ao rio grandes quantidades de gêneros impróprios ao consumo.

Arthur Silveira da Motta afirma que em 1868 fora acometido de malária, a qual lhe proporcionava muitas febres intermitentes, mas que no intervalo dos acessos de febre “tinha apetite devorador e a minha dieta era de carne seca avariada, de feijão preto bichado

e de bolacha bolorenta, alimentos estes que eu ingeria com despreocupação própria da mocidade” (JACEGUAY, 1984, pp. 360-361).

Sendo essa a realidade enfrentada por Silveira da Motta, comandante de um dos navios da Esquadra, pode-se imaginar o contexto geral encarado pelos demais homens de hierarquia inferior, sem outras opções a não ser consumir os alimentos que lhes eram fornecidos.

Por seu caráter de durabilidade estendida, os gêneros alimentícios primordiais (carne seca, bolacha e farinha de mandioca) por vezes chegavam e eram estocados em grande quantidade, sendo superestimado o seu tempo de validade. Tal problema enfrentado pelos marinheiros era recorrente e advinha de longa data, a respeito da bolacha (ou biscoito) na história marítima moderna, Rodrigues nos indica que:

Mesmo que fosse possível garantir a boa qualidade dos gêneros, a longa duração das viagens e as péssimas condições de armazenamento faziam com que grande parte dos alimentos se perdesse. O caso do biscoito é exemplar e foi notado em diferentes ocasiões (...) Um dos problemas desse alimento fundamental à dieta marítima era a dificuldade em armazená-lo. O biscoito deveria ser fresco, mas não poderia ser produzido e imediatamente armazenado nos paíóis dos navios sem estar bem seco, sob pena de embolorar (RODRIGUES, 2020, pp. 388, 390).

Na Guerra da Tríplice Aliança, as condições climáticas da região do conflito, com meses marcados pelas altas temperaturas, juntamente com a grande umidade, somadas ao modo de acondicionamento dos gêneros nos navios eram fatores que contribuíam para a decomposição dos mesmos.

A guerra, feita em paiz longe dos centro commerciaes, reclamava que existissem grandes depositos de carne salgada, ou preparada para alimentação das praças da Esquadra; carnes, que erão conservadas nos paioes de mantimentos, paioes, que em alguns navios, principalmente nos encouraçados, erão pequeno, e insuficientes para recebê-las. A alta temperatura, que observa-se nestes compartimentos mais baixos do navio, produzia a prompta putrefacção, sendo necessario em pouco tempo deital-as ao rio (AZEVEDO, 1870, pp. 148-149).

Por tal motivo, em mais de uma ocasião, se tinha de descartar grandes quantidades de alimentos impróprios para o consumo. Em 13 de abril de 1868, o Almirante Inhaúma documentava o lançamento ao rio de estoques de carne seca e bolacha dos Encouraçados *Silvado* e *Mariz e Barros*, ocorrido no dia 2 de março (BRASIL, 1869, p. 242). Já na Ordem do Dia nº 156, de 6 de julho daquele ano, Inhaúma comunicaria o descarte de mantimentos do Encouraçado *Brasil*, a saber, “1.200 libras<sup>12</sup> de bolacha, e 300 arrobas<sup>13</sup> de carne salgada que foram lançadas ao rio em consequência do seu máo estado” (BRASIL, 1869, p. 267).

Poucos dias depois da Ordem do Dia acima referenciada, ocorreu a evacuação da Fortaleza de Humaitá pelos paraguaios e sua consequente ocupação pelos aliados. Essa ocupação tinha sido um dos principais objetivos traçados pelos aliados ainda em 1865 quando da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança. Tido como o principal bastião paraguaio que guardava o acesso a Assunção, cria-se que sua tomada garantiria a vitória na guerra. E de fato garantiu, porém não com a velocidade desejada pelos aliados.

Menos de seis meses depois de tomada Humaitá foi a vez de Assunção ser ocupada pelos aliados, em 1º de janeiro de 1869, o que, novamente, não significou o fim do conflito. Ante a internação de Solano López no interior do Paraguai com uma tropa remanescente, a guerra tornou-se a partir dessa data em uma caçada ao líder paraguaio, estendendo-se até março de 1870.

### *Considerações finais*

Com a ocupação de Humaitá e, depois, de Assunção a situação alimentar das forças brasileiras que se mantiveram nas vias fluviais às margens dos rios parece ter novamente melhorado. Com exceção das forças terrestres que tiveram de desencadear a perseguição a López pelas cordilheiras guaranis e desse modo distanciaram-se das fontes fornecedoras de alimentos, os demais combatentes ocupantes de Assunção, bem como a Esquadra imperial puderam receber e adquirir suprimentos com maior facilidade.

Ainda em agosto de 1868 o viajante inglês Richard Burton, ao visitar os acampamentos aliados em Humaitá, apontaria boas condições dentre as forças terrestres brasileiras, afirmando que, além das boas condições de limpeza:

No acampamento brasileiro a alimentação era boa e havia carne à vontade, a ponto de mesmo os cachorros serem roliços como os cavalos. Tudo era da melhor qualidade e, além da carne, normalmente faziam parte da alimentação semanal mandioca, mate, sal, charque, bacalhau, toucinho, feijão-preto, arroz e legumes. Também recebiam café preto, de manhã e à noite, tabaco e uma garrafa de cachaça para cada grupo de seis pessoas (DORATIOTO, 2002, p. 333).

O que Burton via no Exército nesse momento era similar à realidade do pessoal a bordo dos navios da Esquadra. O que deve ter-se mantido na força naval até o término do conflito, pois, após a ocupação de Assunção a Marinha manteve-se baseada prioritariamente nas proximidades ou na própria capital paraguaia, excetuando-se algumas operações navais que internaram navios no rio Manduvirá durante 1869 com vias a destruir os poucos vapores paraguaios remanescentes<sup>14</sup>.

Apesar disso, não se pode perder de vista que na maior parte do conflito, e em momentos decisivos como o da Batalha Naval do Riachuelo, os homens da Esquadra Imperial sofreram com o abastecimento de alimentos. As várias vitórias em batalhas nesta guerra propiciaram a alguns destes homens glórias militares, condecorações e louvores na imprensa da época, no entanto, para a grande maioria anônima que estava embarcada naqueles navios tais glórias não foram significativas no duro cotidiano daqueles longos anos, pois as palavras laudatórias dos jornais e Ordens do Dia não eram suficientes para encher-lhes o estômago.

E a esse respeito, ainda em 1865, se manifestava o Primeiro-Tenente Antonio von Hoonholtz (com a citação que intitula o presente artigo e pela qual o encerramos):

Se as glórias militares matassem a fome andaríamos fartos e anafados como os frades de S. Bento, mas é que desde o 10 deste mez estamos á meia ração. E qual é esta ração? Carne secca ou bacalháo; feijão, farinha e arroz; café, assucar mascavo e bolacha.

Alimentação supportavel quando em bom estado, porem simplesmente repugnante depois de encerrada durante quatro mezes em paíões onde a temperatura é impossível! (HOONHOLTZ, 1912, pp. 136-137).

## Referências

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Riachuelo: uma batalha de controvérsias. In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 11, N. 21. Rio de Janeiro, 2015. pp. 54-73.

ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

ARIAS NETO, José Miguel. Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 11, N. 21. Rio de Janeiro, 2015. pp. 35-53.

ARQUIVO DA MARINHA. *Fundo: Arquivo Almirante Tamandaré*. Livros II, VII, VIII e XVIII. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 1860-1866.

AZEVEDO, Carlos Xavier Frederico dos Santos. *História Médico-Cirurgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

BARROS, Aldeir Isael Faxina. Combate do Passo Guarayo. In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 16, N. 31. Rio de Janeiro, 2020. pp. 9-24.

BARROSO, Francisco Manuel. Extratos do diário particular do Almirante Barroso. In. GAMA, Edina Laura Nogueira da [Et al.] (Orgs). *Narrativas, biografias e fontes da Guerra da Tríplice Aliança: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Volume I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2016. pp. 194-204.

BITTENCOURT, Armando de Senna. A Batalha Naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Orgs.). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record, 2009. pp. 253-300.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 1867. Tomo 1*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional J. Villeneuve & C., 1867.

BRASIL. *Compilação das Ordens Geraes para o serviço, economia e disciplina dos navios da Armada Nacional e Imperial publicadas pelo Quartel General da Marinha. 1866-1868. Volume V*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869.

CAPATTI, Alberto. O gosto pelas conservas. In. FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. A Guerra nos tempos do Cólera: o efeito do sistema de saúde militar nas operações de combate. In. *Memoria del X Encuentro Internacional de Historia sobre la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Asociación Cultural Mandu'ará, 2018. pp. 147-166.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. O fim, o início e o meio: o apresamento do Marquês de Olinda e o cativo dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes. In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 11. N. 22. Rio de Janeiro, 2020. pp. 97-120.

COTNER, Robert C. As experiências do Capitão James H. Tomb na Marinha brasileira (1865-1870). In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 11. N. 22. Rio de Janeiro, 2015. pp. 141-152.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Campo Grande: Editoria UFS, 2014.

FURLAN, Luis Fernando. Operaciones Navales en la Campaña de Cordilleras: Expediciones fluviales del Manduvirá – Yhagüy. In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 16, N. 31. Rio de Janeiro, 2020. pp. 25-36.

GONÇALVES, Leandro José Clemente. Da Batalha de Curuzu à queda de Humaitá (1866-1868): questões táticas. In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 14. N. 27. Rio de Janeiro, 2018. pp. 31-44.

HOONHOLTZ, Antonio Luiz von. *Memórias do Almirante Barão de Teffé – A Batalha Naval do Riachuelo*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier Irmãos, 1912.



JACEGUAY, Arthur Silveira da Motta Barão de. *De Aspirante a Almirante*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1984.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Tradução de Eugenio Vinci de Moraes. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

MOITREL, Mônica Hartz de Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. Tradução de Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

PAOLINI, Jaime Enrique Grau & ROJAS, Eduardo Hirohito Nakayama. Últimas operaciones fluviales: Fin del antigua Marina Paraguaya. In. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Vol. 16, N. 31. Rio de Janeiro, 2020. pp. 37-51.

PEDROCCO, Giorgio. A indústria alimentar e as novas técnicas de conservação. In. FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. In. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75, p. 69-95, São Paulo, set. 2017.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação na vida marítima, séculos XVI-XIX. In. ALGRANTI, Leila Mezan & MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Orgs.). *História & Alimentação: Brasil séculos XVI-XXI*. Belém: Paka-Tatu, 2020.

ROCHA, Manuel Carneiro da. *Diário da Campanha Naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Euclides Luiz Calloni & Cleusa M. Wosgrau. São Paulo: Pensamento, 2007.

VEGÉCIO, Flávio. *Compêndio da arte militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro & José Eduardo Braga. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

---

<sup>1</sup> As hostilidades armadas entre Brasil e Paraguai tiveram início efetivamente no final do ano de 1864, contudo a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) formou-se apenas em 1º de maio de 1865 quando da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança. Optamos por utilizar o ano de 1864 como recorte cronológico de início do conflito pelo fato de que desde esse ano a Força Naval brasileira atuava em território uruguaio durante as lutas entre *Blancos* e *Colorados*, no que ficou conhecido como Campanha do Uruguai (uma intervenção brasileira no Uruguai, tida como um dos estopins para a guerra com o Paraguai, ou ao menos, uma das desculpas usadas por Francisco Solano López para iniciar a invasão do Mato Grosso).

<sup>2</sup> Para uma compreensão mais aprofundada a respeito da Guerra do Paraguai, inclusive com relação aos aspectos políticos internos e externos de cada uma das nações envolvidas antes e durante o conflito, recomendamos a leitura da obra “Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai” (DORATIOTO, 2002).

<sup>3</sup> A Ordem do Dia nº 158, de 10 de julho de 1868 do Comandante em Chefe da Esquadra em Operações trazia a relação dos gêneros alimentícios e respectivos valores contratados junto à firma Umaran, Magarinos Filhos & C. a serem fornecidos aos navios em operações de guerra: “Aguardente a 440 rs. a medida; Azeite doce a 1\$250 a medida; Vinagre 300 rs. a medida; Café em grão a 175 rs. a libra; Carne secca a 35 rs. a libra; Bacalhão a 90 rs. a libra; Feijão a 2\$600 o alqueire; Azeite de luz a 500 rs. a medida; Assucar a 100 rs. a libra; Arroz a 70 rs. a libra; Toucinho do Brasil a 200 rs. a libra; Farinha de mandioca a 2\$000 o alqueire; Sal a 200 rs (BRASIL, 1869, pp. 269-270).

<sup>4</sup> Para mais informações sobre os aspectos logísticos relacionados a Marinha do Brasil durante o conflito sugerimos a dissertação de mestrado intitulada “A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai” (MOITREL, 2010).

<sup>5</sup> Para mais detalhes desse episódio sugerimos a leitura do artigo “O fim, o início e o meio: o apresamento do *Marquês de Olinda* e o cativo dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes” (CORRÊA-MARTINS, 2020, pp. 97-120).

<sup>6</sup> Tal dado é fornecido pelo Primeiro-Tenente Euzébio José Antunes, que era um dos secretários do Almirante Tamandaré e responsável pela estrutura logística da Esquadra. Antunes afirma que “A Esquadra quando saiu de Buenos Aires, em 3 de abril, levava mantimentos para três meses” (ANTUNES, 2007, p. 115). Também se pode verificar tal informação em carta particular enviada pelo Almirante Tamandaré, em 12 de abril de 1865, ao Ministro da Marinha, Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, onde o Almirante afirma que os navios que subiam o Rio Paraná tinham sido aprovisionados com mantimentos para três meses, além de 400 toneladas de carvão (ARQUIVO TAMANDARÉ, Livro XVII, Doc 1492, 1865).

<sup>7</sup> Buscando justificar a não utilização de navios a vapor nos primeiros meses da guerra para envio de mantimentos, Antunes informa que “Não os possuíamos no Rio da Prata naquela ocasião, de calado próprio para navegar o rio, baixo como se achava” (2007, p. 115).

<sup>8</sup> Sobre a Batalha Naval do Riachuelo indicamos a leitura dos textos “A Batalha Naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai” (BITTENCOURT, 2009, pp. 253-300), “Riachuelo: uma batalha de controvérsias” (ALMEIDA, 2015, pp. 54-73), “Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória” (ARIAS NETO, 2015, pp. 35-53).

<sup>9</sup> As chatas “eram embarcações de pequeno tamanho, que variavam entre quinze e quarenta metros e não possuíam remos, velas ou qualquer outro mecanismo propulsor, e eram rebocadas até o local em que atuariam, onde permaneceriam ancoradas. As chatas possuíam fundo chato e um perfil baixo, praticamente ao nível da água, ficando visível apenas a boca de seu único canhão” (DORATIOTO, 2002, pp. 146-147).

<sup>10</sup> Tratava-se do também norte-americano e ex-combatente confederado Robert James Rice, o qual foi contratado como Capitão de Artilharia Honorário e que foi imbuído de operar os canhões de chatas tomadas dos paraguaios e que passaram a ser utilizados pelos brasileiros.

<sup>11</sup> Para um aprofundamento no contexto da guerra nesse período de certa estagnação do avanço aliado indicamos a leitura do artigo “Da Batalha de Curuzu à queda de Humaitá (1866-1868): questões táticas” (GONÇALVES, 2018, pp. 31-44).

<sup>12</sup> Cerca de 540 kg.

<sup>13</sup> Cerca de 3.600 kg.

<sup>14</sup> A respeito destas últimas operações navais realizadas pela Esquadra imperial brasileira na Guerra da Tríplice Aliança, sugerimos a leitura dos seguintes artigos: “Combate do Passo Guarayo” (BARROS, 2020, pp. 9-24), “Operaciones Navales en la Campaña de Cordilleras: Expediciones fluviales del Manduvirá – Yhagüy” (FURLAN, 2020, pp. 25-36), “Últimas operaciones fluviales: Fin del antigua Marina Paraguaya” (PAOLINI & ROJAS, 2020, pp. 37-51).

Artigo recebido em 30 de agosto de 2020.  
Aceito para publicação em 20 de outubro de 2020.